360 – Belém/PA, nos termos das atribuições previstas na Lei Complementar nº. 75, que trata do Estatuto do Ministério Público da União, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu art. 196, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e outros agravos;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a defesa do meio ambiente e dos direitos das crianças e dos adolescentes, nos termos dos artigos 127 e 129, inciso III da Constituição Federal e do artigo 83 da Lei Complementar nº. 75, de 1993;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde tem como competência executar as ações de saúde do trabalhador e colaborar na proteção ao meio ambiente; e executar tais atividades com ações de vigilância epidemiológica e sanitária, além de promover a proteção da saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho;

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde visa a recuperar e reabilitar a saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho, submetidos a riscos e agravos advindos do ambiente, das condições e dos processos de trabalho, da manutenção ou incorporação de tecnologias potencialmente nocivas à saúde e das condições de proteção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar as rotinas de proteção às condições gerais de trabalho, no que diz respeito à segurança e saúde do trabalhador e a necessidade de se implementar mecanismos de ampla eficácia na prevenção dos riscos ambientais, acidentes e doenças do trabalho para adolescentes na condição de aprendiz e/ou com trabalho protegido;

CONSIDERANDO o Decreto 6.481, de 12 de junho de 2008, que dispõe sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) e relaciona as formas de trabalho que são proibidas para menores de 18 anos no Brasil;

CONSIDERANDO o impacto sócio-político-econômico dos acidentes e doenças do trabalho, envolvendo crianças e adolescentes, agravos estes de notificação compulsória, na forma da Portaria GM/MS nº 104/2011;

CONSIDERANDO as normas internacionais que proíbem o trabalho infantil e protegem o trabalho do adolescente, em especial, as Convenções n. 138 e 182 e as Recomendações n. 146 e 190, todas da Organização Internacional do Trabalho, das quais o Brasil é membro e signatário;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram de forma integral e com prioridade absoluta, aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz e, a partir dos 14 anos, o direito ao não trabalho; e, ao adolescente maior de 16 anos, os direitos e as garantias previdenciárias e trabalhistas, que incluem o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de promover uma maior integração entre as esferas de competência envolvidas na matéria, inclusive para criar mecanismos adequados de investigação e soluções dos problemas relacionados à segurança, e à saúde das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho;

CONSIDERANDO o Decreto nº 2.253, de 28 de abril de 2010 Dispõe sobre a instituição da Política Estadual de Saúde do Trabalhador, e dá outras providências; e

CONSIDERANDO a Portaria nº 473, de 12 de abril de 2010, que dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de Acidente de Trabalho fatal, grave e com criança e adolescente em rede de serviços sentinela no Sistema Único de Saúde – SUS do Estado do Pará.

CONSIDERANDO Portaria nº 548, 28 de abril de 2010, dispõe sobre a notificação compulsória de agravos relacionados ao trabalho e a implantação da Rede Sentinela de Notificação dos Agravos relacionados à Saúde do Trabalhador, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLVEM firmar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constituem objeto do presente Termo de Cooperação Técnica:

1.1. A articulação e o estreitamento do relacionamento institucional das atividades desenvolvidas pela SESPA e MPT/8, de modo a imprimir maior agilidade e efetividade nas ações de prevenção, apuração e repressão às práticas lesivas à saúde das crianças e adolescentes em situações de trabalho.

1.2. O fornecimento e intercâmbio de informações, documentos, estudos e trabalhos técnicos relacionados à regulação e à fiscalização, com o fim de prevenir e erradicar o trabalho infantil e proteger o trabalho do adolescente, bem como apurar e reprimir as práticas lesivas às crianças e adolescentes, respeitando as prerrogativas e atribuições legais

cometidas à SESPA e MPT/8 observadas as regras de sigilo, constantes da legislação aplicável.

1.3. A ampla cooperação técnica e científica, por meio do desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas, podendo-se incluir a organização de grupos de trabalho para o aprimoramento, bem como a participação recíproca em seminários, palestras, treinamentos e outros eventos, além de outros projetos de interesse comum, dentre os quais se incluem as publicações, com fito de promover, proteger, prevenir e recuperar a saúde das crianças e dos adolescentes em situações de trabalho.

1.4. O desenvolvimento e o aprimoramento de técnicas e atividades com o fito de prevenir, no meio urbano e rural, os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho, em especial, que envolvam adolescentes.

1.5. A formação de parcerias entre as áreas da saúde, trabalho, previdência, educação, assistência social e meio ambiente, inclusive com o intercâmbio de informações e acesso ao banco de dados, observando as regras atinentes ao sigilo de informações previstas nas legislações aplicáveis.

1.6. A identificação e a comunicação da SESPA ao MPT/8 dos acidentes e doenças de trabalho ocorridas com crianças e adolescentes em situação de trabalho.

1.7. A criação de fluxo/procedimento de comunicação entre a SESPA e o MPT/8, relativas às notificações de acidentes e doenças de trabalho envolvendo crianças e adolescentes, para a adoção de medidas cabíveis nas esferas administrativa, cível e criminal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS

2.1. Promover a aproximação institucional entre MPT/8 e Secretarias de Saúde no âmbito do Estado, mediante formação de rede intersetorial, em especial, com atenção aos agravos à saúde de crianças e adolescentes, decorrentes de situação de trabalho.

2.2. Incrementar as denúncias relacionadas a doenças e acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescente, no âmbito do MPT/8.

2.3. Assegurar e aperfeiçoar a tutela dos direitos da criança e do adolescente, vilipendiadas em seu desenvolvimento biopsicossocial, por envolvimento em situações de trabalho proibido.

2.4. Aperfeiçoar a atuação preventiva e repressiva do MPT/8, mediante a promoção de procedimentos preparatórios, inquéritos civis públicos, termos de compromisso de ajustamento de conduta e ações civis públicas, visando à responsabilização daqueles que deram causa aos agravos, seja mediante correção da conduta lesiva, seja mediante imposição de indenização por danos causados.

2.5. Fomentar a diretoria de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho, conforme Política Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador.

2.6. Adotar em conjunto, ou separadamente, as providências cabíveis para o afastamento de crianças e adolescentes das situações de trabalho proibido, com vistas à identificação, o afastamento e o encaminhamento do menor de 18 anos ao sistema de garantia de direitos, monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ENVIO E DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

3.1. Observados os termos da legislação aplicável e as esferas de atribuições das partes, as Secretarias de Saúde enviarão trimestralmente ao MPT/8, as informações, os documentos e os elementos probatórios que forem obtidos no âmbito das apurações administrativas que realizar e dos procedimentos administrativos que adotar às possíveis condutas lesivas à saúde da criança e do adolescente, decorrentes de situação de trabalho, devendo ser aplicada, em cada situação, a forma acordada pelas partes. Fica ressalvado que nos casos de maiores gravidade e urgência a comunicação poderá ser feita de maneira imediata.

3.2. As Secretarias de Saúde, quando solicitadas, enviarão ao MPT/8 estudos técnicos realizados relativos à situação da criança e do adolescente, decorrentes de situação de trabalho.

3.3. Observados os termos da legislação aplicável e as esferas de atribuições das partes, o MPT/8 enviará às Secretarias de Saúde informações, documentos e os elementos probatórios que forem obtidos no âmbito das apurações que realizar e os procedimentos que instaurar relativamente a possíveis condutas lesivas à saúde da criança e do adolescente, decorrentes de situação de trabalho, devendo ser adotada, em cada situação, a forma mutuamente acordada pelas partes.

3.4. O MPT/8, quando solicitado, enviará às Secretarias de Saúde estudos técnicos realizados relativos à situação da criança e do adolescente, decorrentes da situação de trabalho.

3.5. Uma vez concluídas as investigações autuadas em razão de notificações encaminhadas pelas Secretarias de Saúde, o MPT/8 fará a devida comunicação do término do procedimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

4.1. Os estudos, pesquisas e trabalhos de cooperação técnica e científica a serem desenvolvidos pelas partes, assim como seminários, palestras e treinamentos conjuntos que realizarem deverão se enquadrar em um dos temas de interesse comum, podendo contar, conforme deliberado em cada caso, com a colaboração e a presença de acadêmicos ou representantes de órgãos nacionais e estrangeiros, neste caso quando envolverem perspectivas de direito comparado.

4.2. A cooperação aqui tratada poderá envolver o treinamento de recursos humanos de ambas as partes, pela participação em debates, cursos e eventos que promoverem, em conjunto ou separadamente, em seus próprios programas de capacitação e aprimoramento profissional, ou pela organização de projetos específicos, voltados a necessidades evidenciadas durante o desenvolvimento das atividades e projetos decorrentes do presente Termo de Cooperação Técnica.

4.3. Para o fim de contribuir permanentemente com a atualização técnica recíproca, as Partes poderão indicar, entre si, vagas reservadas em cursos, treinamentos, seminários, palestras, debates e outros eventos promovidos no âmbito dos seus respectivos programas de capacitação.

4.4. As Secretarias de Saúde arquivarão os resultados públicos dos trabalhos técnicos e científicos realizados pelas partes, podendo divulgá-los na Internet ou em publicações destinadas ao público em geral ou específico (discentes, pesquisadores, operadores do Direito, etc.), sempre que houver autorização das Partes.

4.5. Realizar audiências públicas, seminários e outros eventos ou reuniões, visando ao esclarecimento da população ou segmentos interessados, no que se refere ao cumprimento das normas reguladoras das áreas contempladas pelo presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS E CONFIDENCIAIS

As partes se obrigam a resguardar sigilo legal das informações e manter a confidencialidade dos estudos técnicos encaminhados por uma parte a outra, sempre que expressamente requerido.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ATRIBUIÇÕES DAS SECRETARIAS DE SAÚDE

Compete as Secretarias de Saúde:

I - divulgar e orientar o público em geral sobre a importância da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente;

II - disponibilizar ao MPT/8 as informações estratégicas, em especial aquelas referentes a agravos envolvendo crianças e adolescentes em situação de trabalho, notificadas no SINAN e em outros sistemas de informações, objeto do Termo de Cooperação, com envolvimento dos serviços de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e de Saúde do Trabalhador, considerando disposição do art. 8º, parágrafo 2º, da Lei Complementar do Ministério Público da União, segundo o qual não vigora a cláusula do sigilo;

III - prestar, quando solicitado, assistência técnica ao MPT/8, por meio de perícias, pareceres, relatórios e laudos técnicos ou informações em casos específicos de interesse comum, tanto em medidas preparatórias como em medidas judiciais cabíveis em casos que envolvam agravos e/ou riscos à saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho;

IV - propor, colaborar e solicitar aos gestores dos Municípios que encaminhem às Unidades do MPT/8, disposta no anexo deste Termo de Cooperação, as notificações compulsórias de acidentes e doenças de trabalho que envolvam crianças e adolescentes em situação de trabalho, relativamente às notificações de agravos envolvendo crianças e adolescentes em situações de trabalho, além de ações conjuntas para identificação, afastamento, encaminhamento ao sistema de garantia de direitos, monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MPT/8

Compete ao MPT/8:

I - apurar e adotar as medidas pertinentes em face de pessoas físicas e/ou jurídicas que cometam infrações que envolvam o objeto deste termo de Cooperação Técnica;

II - expedir recomendações, nos termos do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/1993;

III - tutelar os direitos difusos, coletivos e homogêneos de crianças e adolescentes envolvidos em situações de trabalho proibido;

IV - apoiar as Secretarias de Saúde nas atividades que integrem o processo de afastamento de crianças e adolescentes em situação de trabalho proibido;

V - promover a difusão de informações do objeto deste Termo de Cooperação, pelo sítio do MPT/8, com o fim de divulgar para a sociedade os resultados obtidos;

VI - receber as peças de informações dos demais partícipes e